

## DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP) UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA INVESTIGAÇÃO/INTERVENÇÃO: EXPERIÊNCIA DO PROJETO CAJUSOL NO TERRITÓRIO DO SERIDÓ (RN)

Área Temática: Desenvolvimento e Espaço: ações, escalas e recursos

Suzaneide Ferreira da Silva Menezes<sup>1</sup>  
Márcia Egina Câmara Dantas<sup>2</sup>  
Maria Clara Torquato Salles<sup>3</sup>  
Paulo Cezar Filho<sup>4</sup>  
Alyana Karla do Nascimento Duarte<sup>5</sup>  
José Laércio Bezerra Medeiros<sup>6</sup>

### RESUMO

O Projeto Cadeias Produtivas do Caju e do Girassol: Tradição e Inovação na perspectiva da Economia Solidária e Tecnologias Sociais – CAJUSOL é um projeto de pesquisa e extensão que tem o Governo do Estado do Rio Grande do Norte através da Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) como proponente. Como estratégia de operacionalização adotou-se a subdivisão deste projeto em dois subprojetos onde a UERN, através da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, coordena as ações e é responsável pelas ações de caráter social, incluindo a elaboração do Diagnóstico Rural Participativo e a capacitação na área de políticas públicas, participação e cidadania nas comunidades objeto de intervenção do sub-projeto CAJUCULTURA SOLIDÁRIA NO SERTÃO/RN (CPCRN), atuando nos territórios da cidadania Açú/Mossoró, Sertão do Apodi e Seridó no ramo da cajucultura. O estudo em evidência se constitui na análise do uso do Diagnóstico Rural Participativo – DRP como ferramenta de coleta de dados com foco no desenvolvimento local das comunidades rurais, especificamente o projeto de assentamento Zé Milanês e a comunidade rural Buraco de Lagoa, ambas pertencentes ao Território da Cidadania do Seridó no município de Lagoa Nova, que fazem parte do projeto CAJUSOL. O DRP assim como a arte de planejar compreende um processo político-administrativo, permeado por conhecimentos político, pedagógico e de valorização da pessoa humana, além de ser resultado de ação em permanente estado de construção. Nesse cenário o DRP se torna uma alternativa para coletar informações acerca de uma dada realidade, sem que estejamos atrelados ao uso de técnicas tradicionais. Este tipo de instrumento proporciona o envolvimento da comunidade na construção e identificação de sua própria realidade. A apreensão da comunidade sobre sua realidade afere a essa técnica um cuidado especial em não se deixar influenciar pela carga emocional que perpassam os laços afetivos gerados pela vida em comunidade. A aplicação do DRP é o levantamento de informações locais a partir da participação dos comunitários a respeito dos seguintes questionamentos: Quem somos? O que temos? O que queremos? E como fazer? Nesse objetivou-se apreender a realidade local a partir do olhar dos agricultores e agricultoras acerca de suas problemáticas e possibilidades de resolutividade. Em ambas as localidades o DRP revelou que existem grupos articulados, sejam estes de jovens ou de cunho religioso, com dinâmicas específicas, porém atuantes em prol de temáticas vinculadas a sua especificidade.

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Profª representante da UERN no Projeto CAJUSOL. Email: suzaneidemenezes@uern.br; projetocajusol@gmail.com; Fone: (84) 3316-0448 / 3315-2182.

<sup>2</sup> Mestranda em Sociedade, Ambiente e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA e bolsista do Projeto CAJUSOL. Email: marciaegina@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências Naturais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e voluntária do Projeto CAJUSOL. Email: mariaclaratorquato@hotmail.com

<sup>4</sup> Pós-graduando em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN e bolsista do Projeto CAJUSOL. Email: pauloczar10@hotmail.com

<sup>5</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e bolsista do Projeto CAJUSOL. Email: ali.duarte@yahoo.com.br

<sup>6</sup> Bacharel em Gestão Ambiental pela UERN e bolsista do Projeto CAJUSOL. Email: laerciomedeiros82@hotmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Levantamento de informações, comunidades rurais, desenvolvimento local.

## **ABSTRACT**

The Project of Productive Chains Cashew and Sunflower: Tradition and Innovation in view of the Solidarity Economy and Social Technologies - CAJUSOL is a research and extension project which has the state government of Rio Grande do Norte through the Research Support Foundation of the State Rio Grande do Norte (FAPERN) as a proponent. As an operational strategy was adopted for this project in the subdivision where the two subprojects UERN through the Dean of Extension - PROEX, coordinates the actions and is responsible for the actions of social character, including the development of participatory rural appraisal and training in the area of public policy, participation and citizenship in the communities subject to sub-project intervention CAJUCULTURA SOLIDARITY IN SERTÃO / RN (CPCRN), operating in the territories citizenship Acu / Mossoró, Sertão do Apodi and Seridó in that branch of cajucultura. The study highlighted that the analysis is the use of Participatory Rural Appraisal - PRA as a tool for data collection focusing on the development of local rural communities, specifically the settlement project and the rural community Milanese Ze and Hole Lagoon, both belonging to the Territory Citizenship Seridó in the municipality of Lagoa Nova, which are part of the project CAJUSOL. The DRP and understands the art of planning a political-administrative, permeated by political knowledge, teaching and appreciation of the human person, in addition to action result in a permanent state of construction. In this scenario the DRP becomes an alternative to collect data about a given reality, we are not tied to the use of traditional techniques. This type of instrument provides the community involvement in the construction and identification of their own reality. The anxiety in the community about its reality this technique measures the special care not to be influenced by the emotional charge that pervades the bonding generated by community life. The application of the DRP is collecting information from the local community participation on the following questions: Who are we? What do we have? What do we want? And how? That aimed to capture the local reality through the eyes of farmers and farmers about their problems and possibilities of resolution. In both locations, the DRP has revealed that articulate groups, be they young or of a religious nature, with specific dynamics, but acting on behalf of issues linked to its specificity.

**KEYWORDS:** Collection of information, rural communities, local development.

## **INTRODUÇÃO**

O Projeto Cadeias Produtivas do Caju e do Girassol: Tradição e Inovação na perspectiva da Economia Solidária e Tecnologias Sociais – CAJUSOL é um projeto de pesquisa e extensão que tem o Governo do Estado do Rio Grande do Norte através da Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) como proponente. A coordenação geral é da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em sistema de parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), com período de vigência dois anos (setembro de 2010 a setembro de 2012).

O projeto foi elaborado de forma coletiva e tem como missão desenvolver tecnologias que consolidem as cadeias produtivas de Caju e do Girassol nos Territórios da Cidadania Sertão do Apodi, Açú/Mossoró, Seridó, Mato Grande no Estado do Rio Grande do Norte. Como estratégia de operacionalização adotou-se a subdivisão deste projeto em dois subprojetos sendo eles: CAJUCULTURA SOLIDÁRIA NO SERTÃO/RN (CPCRN), atuando nos territórios da cidadania Açú/Mossoró, Sertão do Apodi e Seridó no ramo da cajucultura e o subprojeto CADEIAS PRODUTIVAS DO GIRASSOL NO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE atuando principalmente na cadeia produtiva do Girassol na Região do Mato Grande no Rio Grande do Norte. Sendo assim a UERN, a UFERSA e a EMPARN são as instituições responsáveis pela execução do sub-projeto CAJUCULTURA SOLIDÁRIA NO SERTÃO/RN

– CPCRN, sendo a UFERSA a coordenadora. Portanto o objetivo deste subprojeto é de fortalecer a cultura do caju, com ênfase na agricultura familiar, através de ações de pesquisa e extensão, difundindo práticas inovadoras e de transferência pautadas na economia solidária, na sustentabilidade social, na inclusão social, entre outros conceitos que expressam a construção da cidadania entre os agricultores rurais.

A UERN, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), coordena as ações de responsabilidade desta IES, onde, é responsável pelas ações de caráter social, incluindo nesta a elaboração do Diagnóstico Rural Participativo e a capacitação na área de políticas públicas, participação e cidadania. Isto é, uma oportunidade de efetivação das funções constitucionais das instituições de ensino superior que tem como princípio a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

O estudo em evidência se constitui na análise do uso do Diagnóstico Rural Participativo – DRP como ferramenta de coleta de dados com foco no desenvolvimento local das comunidades rurais, especificamente o assentamento de Zé Milanês e a comunidade de Buraco de Lagoa, ambas pertencentes ao Território da Cidadania do Seridó no município de Lagoa Nova, que fazem parte do projeto CAJUSOL com mais 12 comunidades, pertencentes a sete municípios, estrategicamente inserido no Programa Território da Cidadania do Governo Federal, que tem como centralidade o desenvolvimento regional sustentável e a garantia de direitos sociais. Neste projeto há a preocupação com a garantia da participação da sociedade e a integração entre as políticas públicas evitando o êxodo rural ao mesmo tempo em que busca a superação das desigualdades regionais (PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2008).

Frente ao exposto, compreende-se que para intervir nesta realidade é preciso conhecê-la, e para tal a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) funciona de parâmetro para a apreensão das demandas dessas localidades assim como auxilia a definição das estratégias necessárias a intervenção que caracteriza as ações extensionistas.

## **OBJETIVO**

Analisar o uso da Metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) enquanto uma ferramenta necessária para a apreensão da realidade e intervenção a partir da experiência do projeto CAJUSOL /RN, mas precisamente nas comunidades rurais beneficiadas pelo projeto com foco no desenvolvimento local a partir da territorialidade, sendo estas o assentamento de Zé Milanês e a comunidade de Buraco de Lagoa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1 - DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO/INTERVENÇÃO**

A apreensão da realidade a partir do DRP não é um fato novo, porém, o uso desta técnica se modifica a partir do referencial teórico/metodológico de quem a está utilizando associado ao projeto de sociedade ao qual se vincula. Sendo assim, buscou-se a aproximação a algumas experiências que tiveram esse instrumento como eixo norteador como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), onde a cabe a Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), fazer uso dessa ferramenta enquanto um mecanismo de investigação ou apreensão da realidade, os quais podem chamar de diagnóstico. Nesse contexto, o diagnóstico é fundamental para a formulação de planos estratégicos com foco no desenvolvimento local de comunidades rurais envolvidas, no caso com a cajucultura.

O DRP assim como a arte de planejar compreende um processo político-administrativo, permeado por conhecimentos político, pedagógico e de valorização da pessoa humana, além de ser resultado de ação em permanente estado de construção. Por ser um processo dinâmico e em constante

construção, sofre preconceitos entre os pesquisadores tradicionais, como se esse procedimento não tivesse rigor científico, já que envolve a população desde o seu planejamento até o fim do seu ciclo de vida.

Sem dúvida a participação da população de forma efetiva pressupõe uma predisposição da equipe de pesquisadores em fazer uso da dialogicidade freireana, além do diálogo interdisciplinar, não só entre saberes científicos, mas também como o saber popular. A garantia da participação torna essa investigação/intervenção um processo interativo, baseando-se numa troca de saberes e intenções em prol de um projeto de sociedade melhor pautado nos princípios de solidariedade.

A equipe de pesquisadores e extensionistas partiram da perspectiva de que a lógica de entendimento deveria ser aberta as adversidades, as diferenças e ao redesenho de concepções pré-estabelecidas. Sendo assim, era preciso ampliar o leque de interpretação da realidade e do que realmente estávamos querendo e possibilitando com o uso desse instrumento, visto que existe uma rede de conceitos e práticas que perpassam de forma transversal a aplicabilidade do DRP. Considerando esse marco conceitual capaz de auxiliar de forma qualitativa a formação cidadã dos acadêmicos envolvidos e dos moradores das comunidades rurais.

Para que visualizemos a complexidade desse processo iniciamos a reflexão pelo entendimento de que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão também nos levam a aproximação às políticas públicas, aos impactos que essa aproximação provoca no exercício da extensão. Portanto, é fundamental entender que esse tipo de ação produz impactos que precisam ser considerados, sendo estes, expressos em quatro diretrizes para a Extensão Universitária: Impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, conforme discriminação abaixo:

**Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, e preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;

**Interação dialógica:** desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;

**Interdisciplinaridade:** caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas;

**Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão:** reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitário” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 1999, p.4).

Estabelecer relações entre o DRP e as diretrizes acima descritas é por si um desafio, pois como verificar o impacto e as transformações geradas a partir das ações desenvolvidas? Como tornar a interação dialógica e interdisciplinar no exercício da indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, quando este é sem dúvida o nó górdio da extensão. Diante do exposto compreende-se que o uso do DRP não pode ser visto de forma isolada, está associada a outros fatores, incluindo-se: o estabelecimento da relação com a sociedade; a intervenção a partir do conhecimento da realidade, a articulação da ação com duas novas necessidades latente que são as políticas públicas e a perspectiva da territorialidade, de forma

que há impacto e transformação na realidade posta.

Em meio a esse contexto levamos em consideração que as pessoas com as quais trabalharemos devem se sentir confiantes de que a equipe compartilha sentimentos de pertencimento, que estão comprometidos com a superação das desigualdades e exclusão, em suas várias configurações. Assim, passamos a ser integrantes do processo, co-responsáveis com o desenvolvimento local e, conseqüentemente com a efetivação do compromisso da universidade.

Nesse cenário o DRP se torna uma alternativa para coletar dados acerca de uma dada realidade, sem que estejamos atrelados ao uso de técnicas tradicionais. Este tipo de instrumento proporciona o envolvimento da comunidade na construção e identificação de sua própria realidade. A apreensão da comunidade sobre sua realidade afere a essa técnica um cuidado especial em não se deixar influenciar pela carga emocional que perpassam os laços afetivos gerados pela vida em comunidade. De acordo com Verdejo (2006), o DRP é uma metodologia declaradamente não tecnicista, que visa propiciar a produção de conhecimento interativo, valorizando as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo.

Por outro lado, não significa que seja uma metodologia fácil de ser conduzida, mesmo sendo uma ferramenta que requer e conduz a prática do empoderamento, que tem nas famílias de agricultores rurais a certeza de que estão habilitados a identificar demandas, a propor mudanças e ações que possibilitem a superação dos desafios e dificuldades e acima de tudo de ser capaz de conquistar essas mudanças. Assim como, o empoderamento não é algo a ser desenvolvido e nem estimulado de forma abrupta, requer tempo, mudanças culturais em que os sujeitos assumem a responsabilidade promover a sua participação, se fazendo ouvir e saber ouvir.

Constata-se a necessidade de fortalecer a participação da população, que assume o processo de decisão e gestão de seus destinos, portanto DRP “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades reflitam sobre a sua realidade e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p.6). Trata-se de um novo redesenho de posturas, de compartilhar conhecimentos e experiências. Implica, portanto, potencializar e emponderar os participante a desenvolver suas capacidades de juntos identificarem suas problemáticas e potencialidades, compartilhando conhecimentos e experiências e, com isso gerenciando suas potencialidades de superação das problemáticas identificadas.

Corroborar-se com Schonhuth e Kievelitz (1994), quando faz referencia a uma variedade metodológica que permeia o uso desse instrumento, portanto, não há uma única forma de executá-la. No entanto exigem-se técnicas qualitativas e interativas de análise e planejamento que apóiam o processo de aprendizagem dos grupos envolvidos mediante um diálogo, em que a dimensão relacional encontra-se latente. A dimensão relacional refere-se a sua articulação a questões ambientais, de vivencia, da relação homem-sociedade e homem/natureza, portanto não estamos limitando essa discussão à relação causa-efeito, mas a que nada existe por acaso. O ponto de partida está centrado na cidadania, na capacidade das políticas públicas em garantir condições estruturais, sociais, educacional, cultural e econômica para uma vida digna (FIGUEIREDO,2007).

A complexidade relacional de entender a realidade provoca e impõe um novo olhar para as estratégias de resolutividade das problemáticas identificadas, das quais não se admite ações localizadas, pontuais e imediatistas. A esse respeito Figueiredo (2007) coloca que, as práticas sociais são desafiadas, por isso,

[...] torna-se essencial considerar as estruturas político-ambientais que ligam o local e o global, alcançando uma amplitude que incorpore aquilo que chamamos de crítica da sustentabilidade numa diretriz que transcenda o economicismo e supere as propostas de responsabilização de indivíduos, que caracterizam a responsabilidade das políticas capitalistas globalizantes, constituintes de culturas capitalísticas [...]. (FIGUEIREDO, 2007,p.75)

A abordagem posta por Figueiredo provoca a partir da perspectiva freireana uma releitura do mundo, em que por meio do diálogo, da comunicação oral, dos relatos, enfim, das representações sociais,

ou seja, na imagem construída. Compreende-se que é uma metodologia voltada ao trabalho em grupo, produção em conjunto de conhecimento, interpretação e soluções participativas de situações e/ou problemas. Sendo assim, o diagnóstico participativo contribui para o conhecimento e análise local de acordo com a percepção de cada um, sem prevalecer somente à opinião daqueles que estão coordenando o processo de aplicação da ferramenta. Sem dúvida, o envolvimento dos moradores é essencial, visto que são os protagonistas de sua história.

Aparentemente esse instrumento metodológico se apresenta equivocadamente como uma metodologia fácil, capaz de fazer um levantamento de informações e análises de forma simplificada. Essa compreensão esconde um perigo para a investigação e pode falsear as informações necessárias a intervenção. Geralmente se utiliza essa metodologia quando se precisa fazer um rápido levantamento de dados, pois trabalha com uma linguagem comum. Entretanto, esta pode facilitar o diálogo entre a equipe e a comunidade, despertando a discussão sobre os problemas e a situação local, mas também pode coibir a participação de pessoas que não dominam a arte da alfabetização, por isso em vez de facilitar a participação de todos pode provocar exclusão, comprometendo a coleta de informações, que tem a interação e o diálogo aberto seu diferencial.

O DRP quando utilizado de forma participativa, orientada a partir de um referencial teórico que esteja compatível com a análise pretendida, isto é, crítica, dialógica e interdisciplinar é capaz de promover a apreensão da fala dos envolvidos sem as amarras de casuísmo ou para a submissão dos acontecimentos a partir de sua naturalização, como é o caso da violência doméstica ou contra grupos minoritários, pobreza extrema, entre outras problemáticas denominadas de questão social.

A postura teórico/metodológica e ético/político pautado na garantia de direitos subsidia a auto-identificação de determinado grupo ético, ao mesmo tempo em que resgata o sentimento de pertencimento a um lugar (BROSE, 2001). Sendo assim, entra em cena o caráter qualitativo das análises geradas de forma interativa, gerando aprendizagem e conseqüentemente novas tecnologias, pautadas no trabalho coletivo, momento relevante para apreensão, interpretação e resolutividade de situações conflitantes.

Esse cenário é propício ao diálogo com a multiplicidade do pensamento, nem sempre consensual ou conflitante. Há, portanto, o entendimento de que não é apenas o conhecimento acumulado que garante o êxito do uso dessa metodologia, mas também a(s) forma(s) como é produzido esse conhecimento e sua contextualização, haja vista termos entre as quinze comunidades diferenças, muito embora sejam projetos de assentamento do INCRA ou comunidades com propriedades privadas, sem áreas coletivas. O que há de comum entre estas é o fato de pertencerem ao Programa Território da Cidadania, além de serem produtoras da cajucultura, mas mesmo assim, em níveis diferenciados seja em produção ou de beneficiamento. É o recriar desse conhecimento que faz a diferença e, isto, é possível se tivermos como veio condutor o interagir e não o repasse de conteúdo, que pena essência fere a filosofia do projeto.

A dialogicidade possibilita a fusão do saber popular com o conhecimento especializado. Portanto, a percepção, o envolvimento das pessoas, o grau de articulação e mobilização são essenciais, assim como o processo de negociação entre grupos sociais existentes e que são relevantes no desenho da realidade, demandas e potencialidades. Cabe então reforçar que o DRP é a bússola, o guia para o processo de intervenção, bem como não há um modelo único, cada realidade exige técnicas adequadas, daí a necessidade de procedimentos metodológicos diferentes, politicamente e eticamente compatíveis ao projeto emancipatório e de desenvolvimento local. Sendo assim, tem-se como centralidade a obtenção direta e rápida de informações primárias, conseguidas através da participação de grupos representativos dentro das comunidades em questão (CORDOVA, 2008).

Por gerar conhecimentos primários requer maior atenção dos pesquisadores em distinguir o que é relevante, a partir de sua classificação de prioridade elencada pelos comunitários, isto é a ser solucionada a curto, médio e longo prazo, conforme a expectativas destes. Mas como saber se a interpretação do DRP é a que a comunidade expressou. Nesse contexto, é de fundamental importância a revalidação, que é um processo de igual importância, no qual os pesquisadores mobilizam os moradores para que possam socializar os dados apreendidos e sistematizados e, conseqüentemente possam ser

validados ou modificados a partir da apreciação dos moradores.

A apreciação coletiva possibilitou a socialização dos dados obtidos na primeira etapa do processo investigativo, bem como fortaleceu o vínculo estabelecido entre a equipe e os comunitários, que são de confiabilidade e respeito. Estabeleceram-se relações institucionais e, sobretudo, ampliou-se o compromisso para com o desenvolvimento local. Na efetivação do processo de validação do DRP foi assegurada a ampla divulgação e mobilização dos moradores, a fim de que todos tivessem a oportunidade de opinar acerca da caracterização da comunidade, de suas problemáticas, suas possibilidades e potencialidades de enfrentamento a realidade posta.

Para a efetivação dessa segunda etapa a revalidação aconteceu a apresentação dos dados, identificando o que seria possível fazer na própria comunidade e os que requerem maior fortalecimento da associação, visto que demanda ação política de negociação com os poderes públicos municipais. Ainda nesse houve a rediscussão entre seus pares se as demandas apontadas eram ou não reais, se atendiam as expectativas e anseios da comunidade, além de coletivamente apontarem qual a prioridade a ser trabalhada em parceria com a equipe do projeto.

Frente ao exposto compreende-se que esse instrumento metodológico de cunho participativo não pode está dissociado das demais atividades do projeto CAJUSOL, nem pode ser um momento estanque ou pontual. Portanto, faz-se necessário conhecer um pouco mais as comunidades beneficiadas pelo projeto.

## **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

As comunidades de Zé Milanês e Buraco de Lagoa objeto desse estudo pertencem ao município de Lagoa Nova (RN), que se situa na mesorregião Central Potiguar e na microrregião Serra de Santana, limitando-se aos municípios de Bodó, Santana dos Matos, Currais Novos, Cerro Corá, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz (CPRM, 2005).

Em relação à população local, segundo o último Censo de 2010, a população total residente é de 13.990 habitantes, dos quais 6.927 são do sexo masculino e 7.063 do sexo feminino, sendo que 6.805 vivem na área urbana e 7.185 na área rural (IBGE, 2010).

As duas comunidades beneficiadas com o projeto CAJUSOL, possuem distinções que não podem ser ignoradas, em relação ao processo de formação. A localidade de Buraco de Lagoa é uma típica comunidade, em sua maioria são familiares, que se aproximaram por inúmeras situações, desde a compra ou posse de terra, por relações familiares ou parentescos, por gostar do lugar, enfim, se estabeleceram e contribuíram direta e indiretamente para sua composição. Nesse contexto, podemos entender o termo “comunidade” a partir da integração via territorialidade, político-administrativa, associativa, organização social, junção de produtores, demanda específicas de atividades ou não, móvel ou fixa, de população pendulares ou estáveis (BARTLE, 2011).

A segunda foi constituída de forma diferente, haja vista ser esta um assentamento. Por ser constituída a partir do Projeto de Assentamento Zé Milanês apresenta outro tipo de formação, não menos importante, apenas diferente, em termos de interesses. O conceito de assentamento foi difundido em meados da década de 70 a partir dos Movimentos de Reforma Agrária. Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os assentamentos são o retrato físico da reforma agrária, espaço onde se estabelecem relações de convivência, em alguns casos, após a emissão do termo de posse da terra transfere-a para os trabalhadores rurais sem terra, a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico.

O que tem de comum nessas duas localidades é o fato do agricultor familiar ser a centralidade, a mão de obra familiar se torna predominante, portanto, espaço este de incentivo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. A agricultura nesses moldes e em espaços de convivência coletiva se constitui capacidade de inovação e integração de produtos. A agropecuária financiada pelo Estado tem gerado renda agrícola embora ainda não esteja ainda de forma ideal, visto que está atrelada ou basicamente sustentada em crédito e assistência técnica que sofrem com a descontinuidade ou com a

inadimplência dos agricultores. Portanto, na contramão da busca pelo desenvolvimento rural sustentável, cujo processo implica na valorização do agricultor familiar na perspectiva de mediador e estimulador da resolutividade de suas problemáticas sociais e de valorização do conhecimento local.

## METODOLOGIA

A aplicabilidade desse instrumento metodológico compreendeu um momento ímpar no processo de aprendizagem e do uso de uma ferramenta em que a participação da população é algo inevitável. O seu uso se deu durante as reuniões entre a equipe do projeto com as comunidades. Nesse momento, apresentamos a proposta do subprojeto Cajucultura Solidária no Sertão do RN, suas metas, bem como as atividades que serão desenvolvidas nas comunidades, desde a produção até o beneficiamento da castanha. Durante esse processo tivemos alguns procedimentos que antecederam a sua efetivação, na qual destacamos as estratégias de mobilização e a formação do Comitê mobilizador composto por lideranças da comunidade e representantes de grupos informais, como grupo de jovens, de mulheres, de orações, enfim garantimos a participação de quem assim o deseja-se fazer parte.

Percebeu-se que a formação desse Comitê Mobilizador foi essencial ao processo, assim como gerou o sentimento de pertencimento e de responsabilidade para com as ações a serem desenvolvidas, bem como com o compromisso deste para com a participação, frequência e envolvimento nas ações implementadas. Sendo assim, foram desenvolvidas dinâmicas grupais, dentre estas a da apresentação, momento em que todos se apresentam a partir da indagação quem sou? Para tal, organizou-se um círculo, no qual os agricultores e agricultoras presentes nas reuniões foram convidados para se apresentarem. Neste momento a equipe entregou um chapéu que deveria ser colocado na cabeça de cada um e então a pessoa deveria se apresentar, iniciando com seu nome, a sua função dentro da comunidade e/ou empreendimento ou outra informação que gostaria de compartilhar.

A dinâmica permitiu-se a quebra das barreiras comuns como a vergonha de falar em público, principalmente na frente de pessoas pouco conhecidas. A participação dos agricultores e agricultoras foi sendo ampliada e logo estavam todos participando. Todavia, identificamos que os mesmos já haviam participado de outras experiências oriundas de projetos sociais, e que estavam desacreditados com esse tipo de trabalho, mostraram através das falas que teríamos que reconquistar a credibilidade e a aceitabilidade para se envolvam, fato este complexo haja vista que a UERN ficara com o trabalho social e de capacitação que para algumas pessoas resultam em trabalho improdutivo.

Para algumas pessoas eles querem o trabalho prático, que dê resultado imediato, o que não será possível já que não atuamos com assistencialismo e nem estamos substituindo o Estado com a acessibilidade a programas sociais. Atuamos na construção de conhecimento a serviço da população, da garantia da cidadania, da articulação entre políticas públicas e do acesso a informação. Isto é estamos executando um projeto que têm objetivos e papéis definidos, que devem ser vistos de forma complementar e não estanque e dissociada ate porque as informações obtidas com o DRP subsidiarão as ações da UFERSA e da EMPARN e vise versa. Lembramos que a escolha das comunidades de Buraco de Lagoa e Zé Milanês são decorrentes de reuniões e critérios técnicos elaborados por essas respectivas instituições levando-se em conta a cajucultura.

Para a concretização deste pleito adotamos em primeira instância, após processo de mobilização, a definição do referencial teórico, visto que algumas categorias teóricas norteiam essa investigação/intervenção tais como: participação, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, economia solidária, enfim as temáticas que fazem parte das metas a serem desenvolvidas pela UERN.

Associado a esse fizemos algumas pesquisas documentais com a finalidade de caracterizar as localidades em destaque, no qual destacamos o Plano de Desenvolvimento Sustentável Rural elaborado



enquanto meta prevista no Programa Território de Cidadania, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros.

Por fim, realizamos a pesquisa de campo junto aos agricultores e agricultoras das duas comunidades do município de Lagoa Nova, que atuam diretamente com a cajucultura. Para a pesquisa de campo adotou-se o DRP a partir de quatro matrizes, a primeira:

- 1) QUEM SOMOS?, Esse questionamento refere-se a situação dos agricultores e agricultoras, jovens, idosos, estudantes, aposentados, pescadores, trabalham para terceiros etc.
- 2) O QUE TEMOS? Os atores do processo responderam quais os recursos e demandas a comunidade já disponibiliza para o desenvolvimento das suas atividades.
- 3) O QUE QUEREMOS? Nesta são elencados as principais demandas sugeridas pela comunidade.
- 4) COMO FAZER? Neste momento saberemos das comunidades de que forma as demandas que eles elencaram poderão ser realizadas.

Estes questionamentos permitem que a comunidade em parceria com as instituições intervenientes elaborem seus próprios diagnósticos a respeito da realidade e necessidades locais.

A elaboração dos DRP's possibilitou a construção das estratégias de intervenção das instituições envolvidas, bem como dos conteúdos a serem trabalhados nos cursos a serem realizados pela UERN, assim como suscitou demandas em que quanto à elaboração do plano estratégico de sustentabilidade dos empreendimentos solidários onde o projeto atua, assim como a mediação da UERN para com o poder público, cujo processo requer fortalecimento político da associação das respectivas comunidades ou a atuação destas em parceria.

Frente ao exposto, faz-se necessário sistematizar os resultados obtidos com esse processo e que ações foram demandadas a partir deste processo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As aplicações dos DRP's ocorreram nas localidades de Buraco de Lagoa e no Projeto de Assentamento Zé Milanês, ambas do município de Lagoa Nova. Esse processo foi relevante, principalmente por ter tido como apoio o Comitê Mobilizador, cujo papel foi de mobilização e participação na construção desse instrumento. A partir do processo de mobilização fizemos dois encontros em cada localidade em virtude da adequação da ação ao cotidiano dos oradores, ou seja, em função da acessibilidade e da dificuldade em garantir a participação frente as atividades produtivas de coleta de caju ou outra atividade necessária a sua subsistência e da família.

Este foi o primeiro desafio enfrentado pela equipe “a participação” e o “envolvimento” dos moradores, as reuniões iniciaram com um número superior a 40 pessoas, depois foram reduzindo, quando interpelados sobre a ausência destes disseram que estavam desiludidos com a constância de projetos que tiveram início e não obtiveram resultados positivos. Restando, portanto inúmeras desconfianças para com as instituições que intermediaram determinadas ações vinculadas ao desenvolvimento econômico e que restou apenas os prédios, denominados por eles de elefantes brancos. Nesse cenário foi preciso investir no processo de reconquista da confiabilidade, procurando mostrar o quanto era relevante a ação desenvolvidas pelo projeto CAJUSOL e que estávamos requerendo deles a oportunidade de mostrar o quanto estávamos dispostos a intervir sem promessas, visto que como todo projeto financiado corre o risco de ser interrompido bruscamente mediante o não repasse de seus recursos.

Passado esse processo desenvolvemos um processo de articulação com o poder público local, com a EMATER, as associações locais, entre outras. A partir desse processo de sensibilização passamos a nos reunir com os moradores, sendo que para a elaboração do DRP fizemos duas reuniões em cada localidade, tendo como norte a necessidade do projeto se adequar ao cotidiano dos moradores, assim

como procuramos instalar em local apropriado e visível o cantinho do CAJUSOL, espaço este que fixamos as informações das ações, prazos, dias de visitas, objetivo do projeto e da ação. O trabalho do comitê mobilizador e o cantinho do CAJUSOL contribuíram para que aumentasse o número de participantes nas reuniões, que em média eram de 40 pessoas por reunião, dentre estes, jovens, idosos, mulheres, homens, ou seja, não houve a garantia da perspectiva de gênero, geracional e etnia.

A aplicação do DRP conforme metodologia adotada e descrita no item metodologia, tivemos quatro matrizes: Quem somos? O que temos? O que queremos? E como fazer? Nesse objetivou-se apreender a realidade local a partir do olhar dos agricultores e agricultoras acerca de suas problemáticas e possibilidades de resolutividade. Como é notório possuem aspectos comuns e divergentes que podem confluir ou divergir aos objetivos do projeto que tem vinculação ao fortalecimento da cajucultura com ênfase na agricultura familiar.

Em ambas as localidades o DRP revelou que existem grupos articulados, sejam estes de jovens ou de cunho religioso, com dinâmicas específicas, porém atuantes em prol de temáticas vinculadas a sua especificidade. Para uma melhor apreensão dos grupos, elaboramos um gráfico para mostrar os grupos em comum e os específicos a cada uma das localidades. A matriz **Quem somos?** Revelou que são em maior número agricultores e agricultoras, professores, estudantes, funcionários públicos e aposentados.

Portanto na matriz **O que temos?** Exemplificada na figura 01, fizemos algumas distinções em função em relação dos itens existentes.

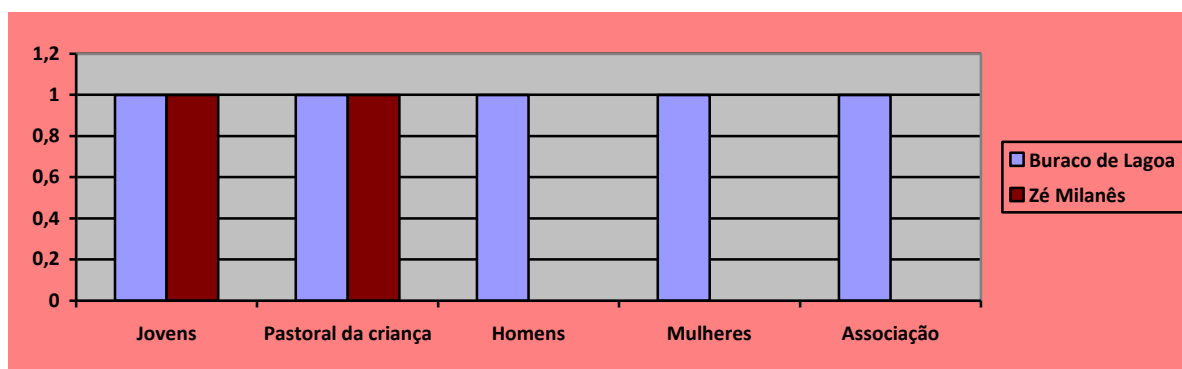


FIGURA 01 – Matriz O que temos? Representação gráfica dos grupos existentes.

Sendo assim, em relação aos grupos existentes podemos perceber que a comunidade de Buraco de Lagoa é mais organizada através de grupos institucionalizados, o que tem estreita relação com o fato da comunidade Buraco de Lagoa ser formada a partir de relações afetivas e não impositiva mediante a proposta de reforma agrária. Outro aspecto evidenciado nesta primeira matriz diz respeito a atividade produtiva, das quais destacam-se algumas culturas comuns tipo: plantio de milho, fava, capim, melancia, goiaba, feijão, palma, banana, manga, mandioca, pinha, caju, entre outras mediante a prática da agricultura familiar. Além desta identificamos que em Zé Milanês existe a produção de leite.

Ainda com relação a atividade produtiva é possível identificar que há distinções entre essas localidades, entretanto os empreendimentos são particulares e outros coletivos, alguns destes encontram-se em atividade e outros desativados, por exemplo: na comunidade de Buraco de Lagoa temos desativada uma minifábrica de farinha, no caso de Zé Milanês encontra-se desativada a minifábrica de polpa de fruta, que foi construída através de projeto, mas que encontra-se sem os equipamentos necessários ao seu funcionamento, assim como no período de safra este é utilizado por uma empresa que se instala emprega os moradores em temporariamente e depois a fecha, bem como há uma fábrica de farinha também fechada. Em funcionamento, uma fábrica de material de limpeza, um empreendimento familiar que tem gerado emprego na localidade, e uma lan house, também de propriedade particular.

Também há na comunidade algumas atividades que congregam as pessoas, por exemplo: em Buraco de Lagoa existe uma igreja católica e outra evangélica, um grupo de mulheres que produzem artesanato e a associação. Em Zé Milanês temos apenas a igreja evangélica. Por outro percebemos que

alguns benefícios existentes na comunidade não foram citados, como orelhões, creches, escolas, água encanada, iluminação, entre outras. Os benefícios oriundos de bens públicos não se apresentam como conquistas coletivas, por isso não foram evidenciados. Outros fatores interessantes emergiram como a existência de quase 90% de cajueiro precoce o fato contrastante é que está acontecendo um desmatamento dos cajueiros, o motivo não ficou claro, se era para substituição por serem cajueiros improdutivos, o real é que há a venda constante de lenha proveniente dos cajueiros. Além, deste os agricultores sofrem com a ausência de assistência técnica resultando em ataque da plantação por pragas, o que tem contribuído para a perda de lavouras.

Em continuidade ao DRP abordamos a matriz **O que queremos?** Exemplificada na figura 02, onde identificamos que os anseios dessas pessoas estão organizados em quatro eixos, o primeiro capacitação, o segundo assistência técnica, o terceiro equipamentos e o quarto a construção.

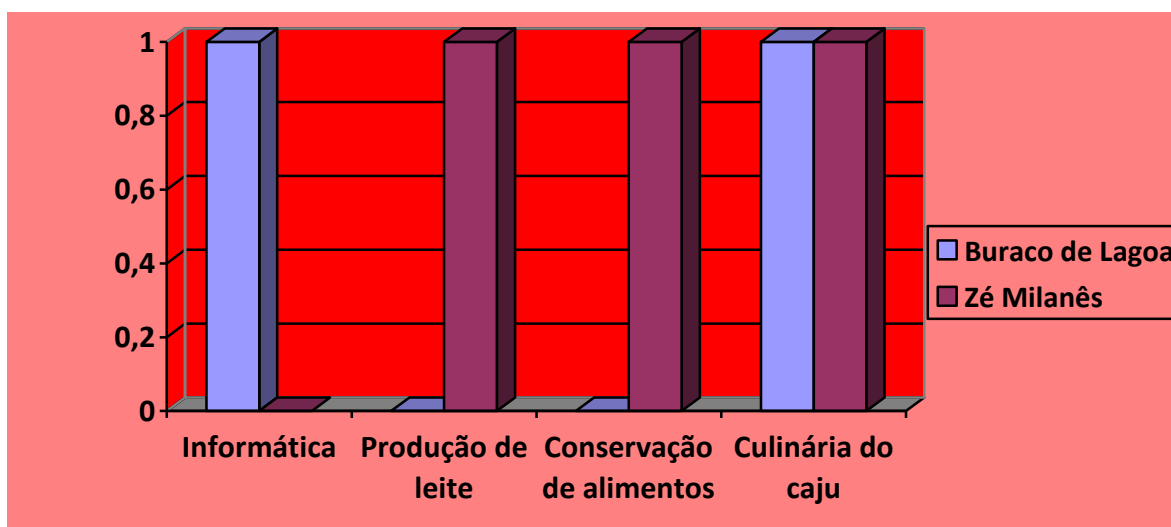


FIGURA 02 – Matriz O que queremos? Representação gráfica das capacitações ocorridas.

Em nível de assistência técnica destacaram-se as dificuldades de obtê-las através da EMATER, por isso desejam que esta aconteça não só para a agricultura desenvolvida pelos homens, mas que também aconteça para as mulheres, seja esta relacionada ao combate a pragas ou a produção de mandioca, graviola, maracujá, hortaliças, entre outras, haja vista existir a intenção destes agricultores e agricultoras se inserir no Programa Nacional de Alimentação Escolar ou no Programa Compra Direta.

Evidenciamos o desejo de que exista apoio a indústria no município como forma de combater o desemprego, dando maiores oportunidades de geração de renda, principalmente entre os jovens, bem como a aquisição de equipamentos para a minifábrica de beneficiamento da polpa de fruta e por fim a construção de uma fábrica de beneficiamento do caju e da castanha, além da produção do doce.

Percebe-se que apesar de existir demandas específicas estas se convergem em torno destes eixos. Por fim, o quarto eixo Como fazer? Podemos destacar que há demandas que podem ser demandas em que a equipe do projeto possa assessorar a associação ou grupo de representação junto aos órgãos públicos; outras poderão ser viabilizadas pelo projeto ou poderemos ver na própria comunidade pessoas que possam multiplicar seus conhecimentos repassando-os a outras pessoas. O Projeto também viabilizará uma minifábrica de caju, entretanto isso acontecerá mediante critérios técnicos definidos entre a EMPARN e a UFERSA.

O DRP mostrou-se bastante eficiente quanto ao seu propósito apreender a realidade local a partir do olhar de seus moradores. Todavia, este não é um instrumento que tem fim em si mesmo, ele desencadeia novas demandas quanto a revalidação e a definição das prioridades. Sendo assim, este é um processo meio, planejado com critérios técnicos que assegurem a sua relevância e as medidas necessárias a sua resolutividade que seria a fim expresso no objetivo impulsionador da ação. Portanto, sem dúvida é um instrumento que desafia a população a pensar e agir de forma coletiva, na qual a participação social é

uma condição essencial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio compreende um momento de reflexão acerca do instrumento de investigação o DRP o qual conduz a intervenção no âmbito de localidades com formação estrutural e política diferenciada. Entretanto a preocupação com a sua aplicabilidade e rigor científico perpassa por toda sua aplicação. Soma-se a essa interpretação o compromisso para com o antes, durante e depois de sua aplicação. Nesse ínterim, planejamentos o momento de sua realização de forma coletiva, garantindo desde a sua concepção até sua conclusão a participação de todos os envolvidos, sejam estes a equipe técnica ou moradores.

È uma técnica relativamente simples, pois pelo fato de ser participativa pode ser confundida com uma técnica que não exige rigor científico. Por outro lado, aí se encontra o *nó górdio* ser simples não significa simplória, ao contrário exige dos pesquisadores redobrada atenção para que não aconteça a manipulação dos dados ainda em processo de formação ou em sua análise. O ponto de vista dos moradores deve ser respeitado, visto que representa a apreensão ou a representatividade dos moradores a partir do seu cotidiano vivido. Por isso não importa se discordamos deles ou de suas escolhas quanto a prioridade. Os moradores são por excelência os maiores analistas de sua realidade, todavia, não estão capacitados para o distanciamento do sentimento de pertencimento a essa realidade o que comprometeria a investigação pretendida.

Sem dúvida, a condução dos trabalhos foi muito importante haja vista ter existido a dialogo, a interdisciplinaridade e a perspectiva de transformação de sua realidade a partir do conhecimento desta, no qual se inclui as diferenças, jeito de ser, de produzir, a diversidade cultural, os processos formativos, enfim outros aspectos que emergem de forma sublinhar a construção desse conhecimento. Por fim, consideramos que o DRP deve e pode ser utilizado para a aproximação da realidade dessas localidades, enquanto instrumento que possibilita a indissociabilidade entre as funções básicas das instituições de ensino superior, bem como possibilitou a apreensão da percepção dos agricultores e agricultoras de sua realidade e suas potencialidade e necessidades locais.

## REFERÊNCIAS

BARTLE, Phil. **Comunidade**. Comunidades CEC: Coletivo Fortalecimento da Comunidade. Disponível em: <<http://www.scn.org/mpfc/key/key-cp.htm#Comunidade>>. Acesso em: 27 maio de 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010** – Primeiros Resultados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 abr. de 2011.

BROSE, M. (organizador). **Metodologia participativa**. Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editora, 2001.

CORDOVA, S. T.; PERES, J. A.; CORDOVA, K. R.; VONCIK, K. S. **Diagnostico Rural Participativo em Comunidades de Agricultores Familiares de Pinhão – PR**. In: salão de extensão e cultura. Pelotas – RS. 2008. ISBN 978-85-7891-008-2.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. 2005. Atlas **digital dos recursos hídricos subterrâneos do Estado do Rio Grande do Norte** – Lagoa Nova. Disponível em: <[www.cprm.gov.br/rehi/atlas/rgnorte/relatorios/CARA176.PDF](http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/rgnorte/relatorios/CARA176.PDF)>. Acesso em: 12 abr. de 2011.

FIGUEIREDO, João Batista A. Educação Ambiental dialógica. Fortaleza: Editora UFC. 2007.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documento do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999, na p. 12.

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/22/territorios-de-cidadania>. Acesso em: 12/06/2011.

SCHONHUT, M.; KIEVELITZ, U. Participatory Learning Approaches: Rapid Rural Appraisal. **Participatory Appraisal: an introduce guide**. GTZ: 1994.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, p. 65.